



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



A formação do consenso sobre a autogestão habitacional

La formación del consenso en torno de la vivienda autogestionada

João Paulo Oliveira Huguenin, Professor Assistente- Curso de Arquitetura e Urbanismo - Regional Goiás - Universidade Federal de Goiás, joao_huguenin@ufg.br

RESUMO

Desde a década de 1980, movimentos sociais urbanos buscavam formas de enfrentar a questão habitacional por meio de sua participação em processos autogestionários. Embora tenha ocorrido experiências exitosas em alguns municípios brasileiros, somente em 2004, no governo Lula (PT), os movimentos lograram a estruturação de um programa em âmbito nacional voltado para a produção habitacional autogerida. Em meio a avanços e retrocessos na construção de políticas voltadas para a autogestão habitacional, a principal vitória dos movimentos de luta pela moradia foi construir um campo de disputa, nesse momento representado pela existência da modalidade “Entidades” dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida. Embora os recursos investidos no PMCMV-Entidades não represente 2% dos investimentos dos governos petistas para a casa própria, a existência do programa é apontada como uma forma do governo beneficiar movimentos que historicamente faziam parte de sua base aliada. Após o golpe de estado que afastou a presidenta eleita, a ofensiva contra o PMCMV-Entidades se intensificou e este passou a ser propagado como ineficiente e ideológico. Após analisar matérias dos jornais Estadão e Folha de São Paulo, pretendemos demonstrar como a mídia tem distorcido as informações sobre o programa para desqualificar uma forma de produção habitacional que possui uma dinâmica própria e difere muito da produção empresarial. Apontamos que o ataque ao PMCMV-Entidades faz parte de um conjunto de outras “notícias” utilizadas pela grande mídia para “construir o consenso” sobre a necessidade de acabar com os poucos espaços conquistados pela sociedade organizada e legitimar o atual governo.

Palavras Chave: autogestão habitacional, Minha Casa, Minha Vida - Entidades, meios de comunicação, consenso

RESUMEN

Desde la década de 1980, los movimientos sociales urbanos buscan maneras de abordar el problema de la vivienda a través de su participación en los procesos de autogestión. Si bien ha habido experiencias exitosas en algunas ciudades, sólo en 2004, el gobierno Lula (PT), los movimientos han logrado un programa a nivel nacional para la producción de vivienda autogestionada. Entre los avances y retrocesos en la construcción de políticas para la autogestión de la vivienda, la principal victoria de los movimientos fue construir un campo de juego, en ese momento representado por la existencia de la modalidad "Entidades" dentro del Minha Casa, Minha Vida. A pesar de los recursos invertidos en PMCMV-entidades no representan el 2% de las inversiones de los gobiernos del PT a la casa propia, la existencia del programa se identifica como una forma del gobierno beneficiar movimientos que históricamente formaban parte de su base de poder. Después del golpe de estado que elimina el Presidenta electa, la ofensiva contra PMCMV-Entidades intensificó y esto tiene que ser propagada tal como ineficiente e ideológico. Después de revisar los materiales de los periódicos Estadão y Folha de Sao Paulo, tenemos la intención de demostrar cómo los medios han distorsionado la información en torno del programa para descalificar a una forma de producción de viviendas que tiene su propia dinámica y muy distinta de la producción empresarial. El ataque a PMCMV-Entidades forma parte de un conjunto de otras "noticias" utilizado por los medios de comunicación para "fabricar un consenso" sobre la necesidad de acabar con las pocas zonas conquistadas por la sociedad organizada y legitimar el actual gobierno.

Palabras Clave: vivienda autogestionada, Minha Casa, Minha Vida - Entidades, medios de comunicación, consenso

INTRODUÇÃO

Em setembro de 2016, o Ministério Público Federal em São Paulo passou a questionar o Ministério das Cidades, a Caixa Econômica Federal e movimentos sociais que realizam projetos habitacionais por autogestão com recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida-Entidades (PMCMV-E). O procurador da República José Roberto Pimenta Oliveira encaminhou recomendações ao Ministério das Cidades para que anulasse trechos da portaria 163, de 6 de maio de 2016.

A referida portaria instituiu o Sistema Nacional de Cadastro Habitacional e aprovou o Manual de Instruções para a Seleção de Beneficiários do Programa Nacional de Habitação Urbana, dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). O capítulo II do manual trata da seleção de famílias inscritas no PMCMV-Entidades, que utiliza recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Dentre os critérios de priorização dos candidatos, está o requisito de participação nas atividades da Entidade Organizadora do projeto.

Para àqueles que conhecem minimamente a trajetória do movimento por autogestão habitacional no Brasil e o PMCMV-E, esse quesito não causa qualquer estranhamento, visto que antes de acessarem os recursos públicos para construir as famílias já estão organizadas, participam (ou deveriam participar) de todo o processo de sua concepção, desde o projeto arquitetônico da futura moradia até a escolha da forma de construção e compra de insumos. Além disso, historicamente os movimentos de luta pela moradia tem dificuldades de acessar os recursos e aprovar os projetos juntos aos órgãos públicos, a mobilização e realização de atividades pelos grupos organizados se mostram fundamental para viabilizarem o próprio projeto.

Porém, o procurador da República, acredita que este critério de participação se constitua em um "critério político" e que, por isso, não poderia ser adicionado aos outros parâmetros mais gerais do programa. Essa leitura equivocada nos leva aos seguintes questionamentos: Por que o questionamento a uma linha do programa que tem conseguido melhores resultados no geral? O que é conhecido sobre a autogestão habitacional? Há compreensão das diferenças práticas e organizacionais da linha do programa voltada para as empreiteiras e para os movimentos sociais? A quem interessa que os movimentos definam seus próprios critérios nos projetos que realiza? As respostas à essas perguntas passa, obrigatoriamente por questões ideológicas, uma vez que:

Trata-se racionalidade produtiva orientada pelas necessidades dos usuários e que abre a possibilidade de construção coletiva de parâmetros de bem estar distanciados da racionalidade capitalista. Nesse caso, é colocado em cheque o padrão de habitação popular instituído e moralmente aceito no país, assim como a própria abrangência da noção de "habitação". (LAGO, 2012, p.11)

Embora nem todos os projetos realizados no âmbito do PMCMV-E tenham esse potencial de questionar o padrão habitacional de baixa qualidade produzido pelo mercado, a simples existência de algum projeto que possa fazê-lo é suficiente para que a classe dominante não queira sua existência. Nesse sentido, é feito um grande trabalho de "fabricar o consenso" de que o MCMV-E deve acabar, ou sofrer alterações tais que o descaracterizem em sua essência.

A fabricação de consenso passa obrigatoriamente por uma construção ideológica, levadas a cabo pelos governos e a comunidade financeira e empresarial através de campanhas de propagandas veiculadas pelos meios de comunicação em massa (Chomsky, 2005). Através de notícias, essa propaganda pode ser realizada de forma velada, como a representação de imparcialidade típicas dos jornais.

Com o objetivo de verificar como esse consenso tem sido fabricado, esse artigo parte da análise de notícias sobre o PMCMV-E publicadas na Folha de São Paulo e no Estadão no ano de 2016. A escolha dos veículos se deu por serem estes os dois periódicos de maior circulação de São Paulo e que no ano de 2015 ficaram entre os cinco mais comprados em todo o Brasil, segundo o site da Associação Nacional de Jornais.

Além disso, o estado de São Paulo é atualmente a unidade federativa que mais acessa recursos do PMCMV-E, nesse sentido, é importante ter uma leitura dos meios de comunicação do local, onde os enfrentamentos tem se mostrado mais presentes. Sobre a escolha de 2016 como ano base para a pesquisa, destacamos que esse ano marca um importante ano de inflexão nas políticas públicas que vinham sendo construídas após o golpe jurídico-parlamentar que afastou Dilma Rousseff(PT) da presidência da república.

Antes de analisar as notícias, precisamos fazer um breve resgate histórico das lutas sociais que desde a década de 1980 tem sido travadas no sentido de construir uma política pública que tenha a autogestão habitacional como uma possibilidade. Longe de conseguir um programa que atenda plenamente às especificidades da autogestão habitacional, os movimentos de luta pela moradia tiveram sua maior vitória na conquista de um espaço de disputa representado pelo Programa Minha Casa, Minha Vida-Entidades.

Também se mostra necessário mostrar minimamente um retrato da produção feita por movimentos sociais através do PMCMV-E, mostrando sempre que possível as especificidades dessa produção no território paulista.

Através da descrição do estado da arte, termos condições de fazer nossas análises sobre a "fabricação do consenso" sobre a autogestão com base nos escritos de Naom Chomsky: *Fabricando el Consenso: el control de los medios masivos de comunicación*, originalmente publicado em 1993, e *Los guardiones de la libertad*, escrito em conjunto com Edward Herman e publicado pela primeira vez em 1988.

É importante dizer que essa análise tem uma natureza política, que pretende reconhecer os obstáculos econômicos e culturais que a produção de habitação por autogestão enfrenta para poder superá-los. Esperamos assim contribuir para que nossas cidades sejam pensadas e planejadas a partir de seu valor de sua utilização cotidiana pelos cidadãos e não no princípio da valorização monetária.

A AUTOGESTÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO

Ao longo dos anos, a moradia da população de baixa renda em nosso país se desenvolveu em duas vertentes: a produção realizada por órgãos governamentais e a autoconstrução. A produção estatal, mesmo na época do Banco Nacional da Habitação, nunca chegou a um número expressivo que fizesse frente ao déficit habitacional.

Dessa forma, até o presente momento, a autoconstrução é que tem possibilitado o acesso à moradia de grande parcela de nossa população. O termo autoconstrução recobre uma variedade de situações, entre elas a autoconstrução integral, que é feita sem recurso de mão de obra assalariada, fundada na ajuda mútua e na reciprocidade, e a construção autogerida, em que há a ajuda mútua juntamente com a contratação de serviços especializados(Sachs,1999).

Bonduki (1992) prefere empregar o termo autoempreendimento, que designa não só a autoconstrução, como também a construção sob encomenda, na qual o proprietário realizava a gestão da obra contratando um pedreiro para construí-la.

No final dos anos de 1970 e início dos 1980, juntamente com o processo de redemocratização do país, os movimentos sociais urbanos começaram a se estruturar e, inspirados no programa de Cooperativas Habitacionais que se iniciou no Uruguai na década de 1960, passaram a reivindicar programas alternativos para resolver a questão da habitação.

Cabe ressaltar que, nesse momento, o Brasil vinha passando por uma grande crise habitacional, e, como forma de amenizar essa crise, o próprio Estado começou a desenvolver programas que buscavam estimular a mão de obra da população, forma de produção das moradias nos loteamentos “autônomos”.

As cooperativas habitacionais estão baseadas nos princípios da autogestão, cooperação e reciprocidade, por meio da ajuda mútua entre aqueles que a integram. Sendo assim, os cooperados são os protagonistas de todo o processo de conquista da casa própria. São eles que gerem todo o projeto habitacional e que dedicam horas em mutirões de construção.

No Brasil, podemos destacar como uma das especificidades sociais que facilitam a implementação de cooperativas habitacionais, entre tantas outras, a nossa “modernidade anômala”, expressão empregada por José de Souza Martins para dizer que esse processo no nosso país é inconcluso, onde a tradição agrega objetos e signos do moderno (Martins, 2008).

Nesse sentido, ressaltamos a tradição rural do mutirão – na qual os laços familiares e de amizade são responsáveis pela ajuda mútua – que foi trazida para a cidade como uma prática da população de baixa renda para a construção da habitação. Para Ermínia Maricato (1980,p.71), autoconstrução e mutirão são um processo de trabalho "calcado na cooperação entre as pessoas, na troca de favores, nos compromissos familiares, diferenciando-se, portanto, das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho".

Com avanços e retrocessos, os movimentos sociais urbanos de luta pela moradia conseguiram importantes conquistas. Na escala local (de municípios), foram realizadas muitas experiências positivas e, sobretudo em São Paulo (Bonduki,1992), houve avanços na elaboração de programas governamentais que se valiam dos processos de autogestão e ajuda mútua.

Em 1989, a partir da eleição de Luiza Erundina, São Paulo passa a ter um tratamento mais progressista das questões urbana e habitacional. Foi estruturado o Programa Municipal de Interesse Social, destinado a atender toda a problemática habitacional por diferentes intervenções, como a urbanização e regularização fundiária de favelas, verticalização de favelas, melhorias habitacionais e atuação em cortiços, produção de novas moradias por linhas diversas, meios para garantir acesso à terra urbanizada e à segurança da posse da terra.

A Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura de São Paulo passou a contar com profissionais que possuíam uma visão geral e real da cidade, encabeçavam a luta pela reforma urbana no país e vinham atuando junto aos movimentos populares nos mutirões experimentais dos anos anteriores. Esse quadro institucional, junto ao fortalecimento dos movimentos urbanos, fez com que surgisse um novo tipo de política pública habitacional valendo-se da autogestão.

Segundo Bonduki (1992), "incorporando quase dez anos de experiências concretas no desenvolvimento de projetos e intervenções, apoiado pela força dos movimentos de moradias [...] e pelo quadro técnico que passou a integrar a administração depois de ter, durante anos, assessorado o movimento", tomou forma e desenvolveu-se um programa chamado FUNAPS-Comunitário.

A criação do ministério das cidades, em 2003, contando inclusive com profissionais das chamadas administrações populares de São Paulo e Rio Grande do Sul, representa uma importante mudança da política urbana no país. Além disso, hoje o país conta com um Plano Nacional de Habitação, e foi criado o Sistema e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, primeira lei de iniciativa popular, que ficou por 13 anos tramitando no Congresso Nacional.

As quatro entidades nacionais UNMP, MNLM, CONAM e CMP¹ reivindicaram a formulação de um programa que priorizasse o atendimento habitacional às famílias com renda inferior a três salários mínimos e que estivesse apoiado nas bases do cooperativismo e associativismo com o propósito de fortalecer as práticas autogestionárias e da organização popular. Respondendo às expectativas do movimento, justificada pela possibilidade concreta de implementar na prática as propostas que por anos, ao menos na esfera federal, representavam apenas bandeira de luta do movimento popular (entre elas a autogestão na produção habitacional), o Governo criou, em 2004, o Programa Crédito Solidário.

Em 2008, outra importante conquista dos movimentos sociais foi a criação, no âmbito do governo federal, o Programa de Habitação de Interesse Social – Ação de Apoio à Produção Social da Moradia. Em 2009, em um atropelo a todos os avanços conseguidos, o Governo Federal lança o Programa Minha Casa Minha Vida e põe fim ao Crédito Solidário. Para substituir o Crédito Solidário foi aberta uma linha do novo programa, o Minha Casa Minha Vida- Entidades, destinado aos movimentos sociais.

Ao longo da história recente do país podemos perceber que a luta dos movimentos sociais sofreu avanços e retrocessos, mas continua viva e presente em nossas grandes cidades. Embora o momento atual não se apresente como o mais propício a esses grupos, não podemos descartar suas conquistas, como a criação do Sistema e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, abandonados após o lançamento do PMCMV.

O MINHA CASA, MINHA VIDA- ENTIDADES EM SÃO PAULO

Dados da Caixa Econômica Federal, de janeiro de 2015, apontam que o PMCV-E tinha contratado a construção de 52.912 unidades habitacionais. Desse total, 14.091 unidades foram contratadas no estado de São Paulo, que representa 27% de todo o programa. Os outros dois estados com maior produção é o Rio Grande do Sul e Goiás, que respectivamente contrataram 17% e 15% das unidades habitacionais do programa.

Cada um desses três estados tem uma razão diferente para serem os estados que mais produzem no âmbito do PMCMV-E. O caso de São Paulo se torna específico devido às políticas públicas de décadas anteriores, em especial o FUNAPS-Comunitário, que permitiu: i) a experiência da

¹ UNMP: União Nacional por Moradia Popular, MNLM: Movimento Nacional de Luta por Moradia, CONAM: Confederação Nacional das Associações de Moradores, CMP: Central dos Movimentos Populares.

organização comunitária da execução da política habitacional;ii) a criação de um quadro de profissionais que trabalham com assessoria técnica; e, iii) a estruturação de movimentos de moradias mais amplos e organizados.

Os recursos do MCMV-E no estado de São Paulo permitiram um volume de construção até então não experimentado pelos movimentos sociais. Por outro lado, esse aumento quantitativo dos projetos gerou aliado ao desenho de uma política pública desenhada para o mercado, acabaram por fazer com que os movimentos passassem a ter uma produção mais padronizada, muitas vezes se aproximando da construção de mercado.

Essa mudança na lógica produtiva pode ser observada por exemplo no tamanho e nos portes dos conjuntos: dos 41 projetos existentes no estado 5 possuem de 51 a 100 unidades habitacionais (UH), 6 possuem de 101 a 150 UH, 8 estão na faixa de 151 a 200 UH, 9 de 201 a 300 UH, 7 de 301 a 500UH, e 6 possuem mais de 500 UH. Poderíamos dizer que os movimentos estão produzindo pequenas cidades e, por isso mesmo, deveriam pensar no projeto com mais atenção, o projeto aqui entendido para além da estrutura física, abordando questões de geração de renda, convívio comunitário e etc.

Ainda que a lógica empresarial impressa no PMCMV-E tenha gerado uma queda na qualidade dos projetos produzidos por autogestão e a própria autogestão tenha ficado comprometida ao incorporar critérios de eficiência pensado para construtoras, a produção do programa consegue ser melhor do que as experiências de mercado. Nesse sentido, afirmamos que a maior qualidade do PMCMV-E no momento é servir de arena para propor outras formas de produzir e viver na cidade.

FABRICANDO O CONSENSO

Segundo Chomsky e Herman (1995) a função dos meios de comunicação de massa é divertir, entreter e informar o cidadão médio, bem como transmitir aos indivíduos valores, crenças e códigos de comportamento que permite a esse cidadão médio integrar-se nas estruturas institucionais da sociedade. Para os autores, os meios de comunicação, na realidade, funcionam como um sistema de transmissão de mensagens e símbolos. E esse sistema, para Leandro Konder esse sistema não só foi responsável pela sobrevivência do capitalismo, como até hoje exerce importante papel para sua “preservação, reprodução e renovação” (KONDER, 2002,p.82)

De fato, em um mundo onde a riqueza é tão concentrada, a informação exerce um papel de propaganda, capaz de minimizar ou direcionar os conflitos de interesses de classe. Para isso, a informação precisa ser conhecida, controlada, selecionada e emitida por aqueles que detém o poder para poder se manter nessa situação.

Em Fabricando el Consenso, Chomsky (2005) mostra como os governos tem trabalhado com a propaganda como meio de conseguir estruturar uma “democracia” onde as pessoas se envolve com seus próprios assuntos. Para isso, os meios de comunicação devem ser fortes e controlados.

O autor demonstra ainda que em muitos casos uma elite reduzida de intelectuais se coloca como a detentora da verdade e a única capaz de guiar uma “democracia de expectador”, onde a massa assimila por meio da propaganda o que essa elite visualiza como melhor para sociedade. Ao citar Walter Lippmann, um importante jornalista americano e teórico da democracia liberal, Chomsky diz que:

Lippmann estuvo vinculado a estas comisiones de propaganda y admitió los logros alcanzados, al tiempo que sostenía que lo que él llamaba revolución en el arte de la democracia podía utilizarse para fabricar consenso, es decir, para producir la población, mediante las nuevas técnicas de propaganda, la aceptación de algo inicialmente no deseado. También pensaba que ello era no solo una buena idea sino también necesaria, debido a que, tal como el mismo afirmó, los intereses comunes esquivan totalmente a la opinión pública y solo una clase especializada de hombres responsables lo bastante inteligentes puede comprenderlos y resolver los problemas que de ellos se derivan. (CHOMSKY, 2005, pp.13-14)

NOTÍCIAS FILTRADAS

Precisamos situar os jornais Folha de São Paulo e Estadão frente à "indústria da mídia". Cada um dos jornais pertencem a um grande conglomerado da mídia, são empresas altamente lucrativas. O fato de pertencerem à grandes empresas se constitui em um filtro sobre o que pode ser notícia ou não (Chomsky; Herman, 1995)

Em 2011, a Folha de São Paulo publicou matéria que o Grupo Folha, do qual faz parte, havia triplicado seu faturamento na última década, chegando a um faturamento de R\$2,7 bilhões em 2010, com um lucro de R\$4 bilhões. A previsão para 2016 era de um faturamento de R\$4 bilhões. O Grupo Folha é formado por cinco empresas que atuam em diferentes frentes na área de comunicação, entre elas destacamos a produção de conteúdo, o setor gráfico, de logística. logística, meios de pagamento, armazenamento de dados e, inclusive, ensino à distância.

O jornal Estadão pertence a outro grande conglomerado da mídia, o Grupo Estado, que atualmente além do jornal, possui a Agência Estado, as rádios Eldorado e Estadão, além da divisão de telelistas OESP Mídia. Segundo dados da pesquisa "Estudo da Propriedade e Concentração da Mídia no Brasil", coordenado pela professora Sonia Virginia Moreira, da Faculdade de Comunicação Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a receita líquida do Grupo Estado em 2012 foi de R\$714,5 milhões e em 2013 de R\$659,9 milhões.

Os dados apresentados dão conta de ilustrar o como as empresas são rentáveis, justamente por isso, sua orientação é voltada para manter os patamares de lucratividade, assim, o primeiro filtro descrito por Chomsky e Herman é: é notícia é o que pode dar lucro.

Para isso, precisamos de ter investidores. Diferente do que o senso comum pode achar, a receita gerada pelos leitores dos jornais é muito pequena, o que realmente gera lucro são os anunciantes, que geralmente são outras grandes empresas ou o governo. Nesse sentido, poderíamos dizer que o que de fato as empresas de comunicação vendem são seus leitores. Daí vem o segundo filtro pra definir uma notícia: as notícias devem refletir os desejos, as expectativas e os valores de seus anunciantes.

O terceiro filtro das notícias seria o que chega de informação até a mídia. Sendo o governo, em suas diversas esferas, e as grandes empresas fontes de informação, podemos dizer que as fontes escolhem quais informações podem ser divulgadas e quais de acordo com seu interesse devem se manter impúblicas e longe do público.

O quarto filtro defendido pelos autores é a crítica dos diversos grupos que pressionam as empresas de comunicação para que seu editorial saia de acordo com seus interesses. O quinto e último filtro seria a própria prática profissional dos jornalistas, com sua ética e forma de conduta.

Tendo como meta analisar as notícias sobre o Minha Casa, Minha Vida- Entidades, buscaremos observar como esses filtros podem ser identificados. Por se tratar de uma política pública nacional, as notícias sobre o programa são de interesse direto da Presidência da República, por esse motivo, devemos considerar o golpe de estado que ocorreu em 2016. Em abril a possibilidade do impeachment se desenhava como quase certa, em 12 de maio a presidenta Dilma Rousseff (PTP) foi temporariamente afastada do cargo e, com o fim do julgamento no Senado perde definitivamente seu cargo em 31 de agosto. Com o apoio de partidos que até então era de oposição, o vice-presidente Michel Temer (PMDB) assume o cargo a partir do afastamento temporário de Dilma.

As notícias veiculadas sobre o PMCMV-E entre 01 de janeiro e 29 de novembro de 2016 foram de 26 reportagens pelo Estadão e de 17 pela Folha de São Paulo. Dessas, somente 02 foram publicadas antes do mês de abril pelo Estadão, nenhuma pela Folha. Percebemos também que nesse período as notícias podem se agrupar em 5 padrões, muito embora uma mesma reportagem possa apresentar mais de um desses padrões:

I- Apontam os movimentos sociais que realizam projetos habitacionais como aliados da presidenta que está sofrendo um processo de impeachment;

II- Destacam a seriedade do novo governo e os problemas do anterior;

III- Constroem a visão dos "outros", dos movimentos que fazem manifestações e "invasões", em contraposição a "nós", cidadãos de bem;

IV- Classificam o PMCMV-E como ineficiente e ideológico, além de prescrever seu fim; e, em pequena proporção,

V- Destacam outras visões.

Dentro dessa classificação, podemos perceber que os filtros são utilizados de forma diferente em cada tipo, poderíamos dizer que em cada contexto a aplicação de um ou outro filtro se mostra mais adequada para que o jornal venda, fazendo propaganda dos seus anunciantes e ajudando assim a manter o *status quo*. Vamos a alguns porquês.

A PROXIMIDADE DOS MOVIMENTOS COM O GOVERNO PETISTA

As notícias do tipo I foram determinadas principalmente pelo filtro 4, que seja a pressão dos grupos econômicos sobre os meios de comunicação para transmitirem opiniões alinhadas às suas. Temporalmente, essas reportagens são veiculadas no momento pré-afastamento da presidenta. Enquanto o grande capital, representados explicitamente pela FIESP, FIRJAN e de forma velada pelo SINDISCON, por exemplo, Dilma passa a procurar algum apoio dos movimentos populares, para isso, faz alguns encontros com lideranças e passa a frequentar algumas inaugurações do PMCMV, incluindo os construídos na modalidade entidades.

Pouco antes, no mês de março de 2016, a FIESP empreendeu uma espetacular campanha em vários jornais impressos e digitais, entre eles, Estadão e a Folha de São Paulo, em apoio ao impeachment, com banners com os dizeres "impeachment já!" e "não vou pagar o pato". Conforme apontam Chomsky e Herman, os meios de comunicação não podem desagradar seus clientes. Dessa forma, as notícias veiculadas não poderiam fugir da abordagem dada.

No dia 26 de abril de 2016, o Estadão dá conta de que "Em encontro com Dilma, movimentos pedem ministérios e verbas para programas sociais". Embora não fale explicitamente o jornal deixa claro que os movimentos sociais tentam tirar vantagens políticas do governo federal em troca de "contratações de empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida", além de cargos vagos na Esplanada dos Ministérios.

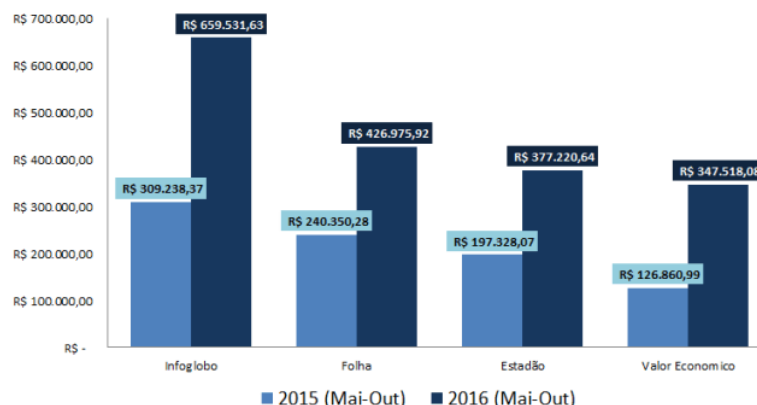
Na matéria "Dilma diz que não permitirá que a democracia seja 'manchada'", de 01 de abril de 2016, a Folha de São Paulo faz referência ao discurso que a presidenta realizou no Palácio do Planalto durante um encontro com diversos movimentos sociais: de negros, quilombolas, juventude e povos de terreiro. No meio da matéria, a reportagem faz referência a um evento do MCMV ocorrido no dia anterior, em que a presidenta "se aproveita" da mobilização popular como palanque para "críticas ao juiz Sergio Moro e ao vice-presidente Michel Temer". Dá ainda a ideia de que absurdamente "novos eventos com o mesmo intuito estão sendo estruturados para a próxima semana".

A PROPAGANDA DO GOVERNO

Quando Michel Temer assume a presidência da República, mesmo que interinamente, sua condição muda. Agora como chefe máximo da nação, ele define suas próprias prioridades, anunciando "medidas impopulares" na área da saúde e educação, por exemplo, e aumentando seu gasto em publicidade.

Romerito Pontes (2016), analisando os dados da Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência da República demonstra que comparando os seis primeiros meses do governo Temer com o mesmo período do ano anterior, houve um aumento de R\$9,8 milhões. Além disso, atualmente a verba de publicidade está muito mais concentrada nos grandes jornais impressos.

O repasse de verbas para os jornais impressos saltaram de R\$2,74 milhões para R\$5,34 milhões. Isso representa um aumento de 95%. O maior aumento foi para o jornal Valor Econômico: 174%. O Infoglobo, que edita o jornal O Globo, teve aumento de 113%. Com porcentagens menores que os dois jornais anteriores, mas ainda assim expressivas, o Estadão teve um aumento de 91% (de R\$197 mil para R\$377 mil) e a Folha de São Paulo teve aumento de 78% no repasse de verbas (de R\$240 mil para R\$426mil).



*Repasse de verbas para os grandes jornais: comparação entre 2015 e 2016.
Autoria: Romerito Pontes (2016)*

A demonstração desses números deixa claro que as reportagens do tipo II passaram pelo filtro dois, ou seja, com o governo aportando dinheiro no jornal as reportagens que saíram obrigatoriamente transmitiram uma boa imagem do anunciante. Nesse momento, com toda clareza, percebemos que ao invés de notícias e informações o que realmente está sendo veiculado pelos dois jornais é propaganda.

Logo no primeiro mês do governo interino, Temer suspendeu as contratações do Minha Casa, Minha Vida, incluindo a modalidade Entidades. Na reportagem "Governo Temer suspende todas as novas contratações do Minha Casa", publicada pelo Estadão em 20 de maio de 2016, fica a propaganda de um governo responsável, que só irá realizar novas contratações após a realização de um diagnóstico preciso sobre a situação.

Em 11 de agosto, sem citar que originalmente o PMCMV tinha uma meta de construção de 2 milhões de moradia, a Folha de São Paulo publica em tom celebroso que "Governo anuncia meta de contratar 600 mil moradias em 2017".

Em 11 de novembro de 2016, na Coluna Opinião da Folha de São Paulo, foi publicada a matéria "A verdade sobre nossas cidades", escrita pelo Ministro das Cidades Bruno Araújo (PSDB). Mais do que colocar os desafios e urgência do ministério, o mandatário da pasta se mostra preocupado em desqualificar o governo de Dilma Rousseff: "Na prática, a ex-presidente feriu gravemente o programa Minha Casa, Minha Vida para os mais pobres".

Os "OUTROS" COMO INIMIGOS

Em 20 de novembro de 2011², o editorial da Folha de São Paulo fia uma porção de inverdades após o prefeito de São Paulo Fernando Haddad (PT) estipular uma meta de construção de 55 mil unidades habitacionais durante seu mandato. Dentro desse quantitativo, 11 mil unidades deveriam ser destinadas à produção autogerida, por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida-Entidades.

É interessante observar as formas utilizadas pelo jornal para desqualificar o papel dos movimentos sociais na produção da cidade e sua importância estratégica para que a meta de 55 mil unidades habitacionais fosse alcançada, isso porque ao estimular a ação dos movimentos sociais, o valor investido na construção sairia diretamente do governo federal, não implicando diretamente recursos do município.

Poderíamos começar citando o título do editorial: "Morada da ideologia". Enquanto a palavra morada traz o sentido de permanência, a ideologia tem sido tratada nos meios de comunicação como uma exclusividade da esquerda, logo o jornal define que a prefeitura está criando estruturas dentro da institucionalidade para propagar uma suposta ideologia de esquerda.

Outra estratégia utilizada no editorial é a identificação dos movimentos sociais como os "outros", que são diametralmente opostos a "nós". Enquanto "nós" respeitamos as leis e à propriedade privada, os "outros" realizam protestos e invasões [sic]. Indo mais além, o jornal questiona a organização da demanda construída pelos movimentos, que em alguns casos passam por um sistema de pontuação que incluem a participação de suas atividades de luta. Mais uma vez a figura

² Embora a principal reportagem tratada para o tema não pertença ao recorte temporal que definimos na metodologia, acreditamos que esse editorial seja extremamente representativo, por isso nossa decisão de incluí-lo.

do “outro” é lançada, agora sendo o “outro” que se identifica com o “nós”, uma vez que não realizam protestos e invasões e são “preteridos” pela política anunciada por Haddad.

No mínimo poderíamos falar de uma ignorância do jornal do que é o PMCMV-Entidades e na dinâmica de funcionamento dos movimentos de luta pela moradia. Primeiramente, o PMCMV-Entidades é voltado para famílias de mais baixos ingressos, sejam quais forem, que estão na faixa de renda 1 do programa, que na época da reportagem correspondia as famílias com renda mensal de até R\$1650,00. A condição é que essas famílias estejam organizadas para acessarem ao recurso coletivamente. Em segundo lugar, a forma de se organizar de cada coletivo não é gerida pelo Estado, garantindo assim sua autonomia. Sobre os protestos e invasões que são citados como uma condição para as famílias serem incluídas nos projetos, o jornal não se dá conta que as vezes essas são necessárias à própria concretização do projeto, como por exemplo, a dificuldade de aprovação de projetos com esse perfil dentro de algumas prefeituras.

Essa visão pode ser observada em publicações mais recentes, como o caso da série de reportagens sobre a ocupação do MTST no gabinete da Presidência da República em São Paulo contra a suspensão da contratação de novos projetos do PMCMV-E. Na matéria do dia 02 de junho, o Estadão diz que "MTST ocupa sede da Presidência em SP em protesto contra Temer". O mais correto teria sido dizer: "MTST ocupa sede da Presidência em SP pela contratação de projetos do PMCMV-E". Apesar do MTST não reconhece o governo Temer como legítimo, nesse caso ele tinha uma pauta específica e imediata a garantir.

Ainda na mesma reportagem, é dito que o "ato foi marcado pelo confronto entre manifestantes e policiais". A escolha pela ocupação na Avenida se deu exatamente porque em frente a FIESP estava acontecendo uma ocupação de pessoas favoráveis ao impeachment. Enquanto aparece em terceira pessoa uma acusação feita por Boulos de que a Polícia Militar teria espacando um manifestante, aparece uma nota com a fala emitida pela Secretaria de Segurança Pública: "Por isso, foi necessária intervenção policial para impedir a ação [ocupação]. Os manifestantes não atenderam às ordens policiais e reagiram."

Por certo, grande parte da população acredita que a polícia pudesse ter intervenções mais humanas. No entanto, a propaganda feita para que nós não nos reconheçamos no outro, acaba por permitir que essas ações violentas sejam toleradas e, em uma etapa seguinte, até mesmo desejadas. Seria um tipo de "inibição doentia" (Chomsky, 2005), onde a informação vem para estimular que ao atacar e destruir o "outro" estamos nos salvando.

Na Coluna Opinião do Estadão de 06 de junho de 2016, após o sucesso da ocupação do MTST, o jornal mais uma vez tenta conferir aos participantes dos movimentos sociais o lugar do "outro" na sociedade. Ao dizer que eles estão "Ganhando no Grito", o Estadão diz que essa população, que vive em condições precárias, estão recebendo vantagens, que "nós" cidadão que respeitamos a lei não temos.

INEFICIENTE E NÃO MERECE SOBREVIDA

No apagar das luzes de seu governo, Dilma Rousseff toma uma série de medidas que busca garantir a contratação de projetos que estavam no processo de contratação, mas não tinham sido contratado de fato por falta de recursos.

Na noite de 05 de maio, a presidenta anunciou a contratação de 25 mil unidades pelo PMCMV-E, sendo 13 mil para os movimentos urbanos e 12 mil para o rural, ajudando a efetivar a Política Nacional de Habitação Rural (PNHR). Posteriormente, essas contratações foram suspensas pelo governo Temer e o ministro das cidades declarou que "medida tomada no último dia de governo é questionável". Nesse momento de transição entre um governo e outro, o Estadão lança uma série de artigos que claramente visam o desmonte do PMCMV-E.

No dia 03 de maio o jornal publicou "'Minha Casa Entidades' entrega só 8,9% das moradias na segunda fase, enquanto as construtoras tinham entregado 60%. Primeiramente o artigo erra por dizer que os repasses do PMCMV-Entidades são parcelados de acordo com um cronograma, ao passo que as construtoras são pagas "na medida que as obras andam". Na verdade, nas duas modalidades do programa, os proponentes apresentam um cronograma físico-financeiro, mensalmente a Caixa Econômica Federal (ou o Banco do Brasil) realiam a medição da obra e, só assim, liberam o pagamento.

O artigo ainda fala que as entidades recebem uma parcela antes do início da obra. De fato, na fase dois do PMCMV, os movimentos conquistaram duas medidas essenciais: a contratação do projeto em duas fases, permitindo assim a elaboração coletiva do projeto pelos futuros moradores, e o pagamento antecipado da parcela. Digo que essas conquistas são fundamentais porque os movimentos não são empresas, não tem fins lucrativos, logo eles não tem como antecipar o valor para fazer o projeto e nem pra começar a obra.

No dia 07 de maio o editorial do Estadão aborda "A ineficiência do Minha Casa", repedindo o número de contratações e agora colocando no texto outros preconceitos: "Se realmente estivesse preocupada com a eficiência do PMCMV, a presidente Dilma Rousseff dificilmente daria continuidade à modalidade 'Entidades'. Mas talvez não seja essa a sua real finalidade - e o programa venha funcionando às mil maravilhas. Que digam as associações e movimentos sociais que participam de tão generosa boquinha."

No dia 06 de julho, o Estadão dá voz a Sérgio Guimarães Ferreira, assessor parlamentar do Senador Aécio Neves (PSDB). Desfiando uma série de preconceitos, o assessor parlamentar diz que o MCMV-E é caso de polícia, sendo "uma invenção do lulopetismo para destinar recursos públicos a associações (...) a pretexto de que produzam sua própria moradia, mas com o real intuito de comprar seu apoio (...) ou, pior, para mobilizações de cunho político do governo que os protege". Além disso, o autor prescreve a auditoria do programa.

Por fim, o editorial de 23 de outubro vem para não deixar dúvidas sobre qual propaganda o jornal está veiculando: o fim do PMCMV-Entidades. Após construir uma argumentação contrária ao programa com base em preconceitos e dados inverídicos, o Estadão diz que é preciso "Desmontar os privilégios", já que "num Estado Democrático de Direito, não cabem privilégios a determinados grupos. Não cabe, portanto, o MCMV Entidades". Para finalizar, o editorial coloca que o programa não merece "sobrevida".

É curioso a propaganda evocar o Estado Democrático de Direito, justamente no momento que o país passou por um duro golpe que abalou a sua democracia. Mais curioso ainda é que o golpe que destituiu a presidenta não foi tratado pelo veículo como uma ameaça ao Estado Democrático de Direito, muito pelo contrário, a ação foi apoiada pelo jornal.

Embora não possamos comprovar com dados precisos, acreditamos mais uma vez que essa forma de se comunicar com a sociedade se constitui na verdade numa forma de propaganda. Se já

demonstramos nesse artigo que as empresas de informação que analisamos vão defender o governo porque ele aumentou seus repasses de dinheiro, é certo afirmar também que as empresas da construção civil que também são anunciantes nos jornais também tem interesse no fim do programa, se constituindo em mais um filtro que condiciona o posicionamento do jornal.

OUTRAS VISÕES DA QUESTÃO

No mês das eleições municipais, outubro de 2016, a Folha de São Paulo na coluna Poder publica uma reportagem polarizando opiniões sobre o programa voltado para a autogestão habitacional: “FlaxFlu: confira opiniões sobre a participação de movimentos sociais no Minha Casa, Minha Vida”. Tratando a questão como uma questão de torcida entre um time e outro, o jornal perde a oportunidade de aprofundar os debates em torno do tema, reduzindo a questão de ser contra ou a favor.

Esse é o tipo de reportagem que possui o objetivo de imprimir ao periódico uma aparência democrática, que expõe as visões antagônicas para a que o leitor tire sua própria conclusão. Mas, ao oferecer somente duas visões, uma contra e outra a favor, sem fazer as ponderações e mediações necessárias, o material não serve de fato para ilustrar a questão. Por certo, a Folha historicamente abre seu espaço à opiniões um pouco mais diversificadas. Sobre a questão das cidades a existência de uma coluna semanal assinada por Guilherme Boulos, coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), amplia e diversifica a quantidade e qualidade das informações sobre o tema.

Nesse sentido, Boulos afirma que “A política habitacional [está] na contramão”, em sua coluna publicada no dia 17 de novembro, após o presidente Michel Temer participar do programa Roda Viva e dizer que seu governo “incentiva” o Minha Casa, Minha Vida. Já em maio, outros militantes do MTST tinham publicado uma matéria na coluna opinião, onde Natalia Szermeta, Sérgio Farias e Vitor Guimarães destacam: “Moradia, a primeira vítima de Temer”.

PALAVRAS FINAIS

Conforme pudemos demonstrar ao longo do artigo, grande parte da população brasileira desconhece o que seja autogestão habitacional e nem mesmo conhece o histórico de lutas de trabalhadores e trabalhadoras que se esforçaram para construir seus lares nesse processo e que, ao fazer isso, abriram caminho para que outras famílias também possam construir os seus.

O desconhecimento da população brasileira sobre o assunto é programado. Não vemos circular notícias e informações sobre processos autogestionários, seja na produção habitacional, na produção industrial ou camponesa.

Nenhuma das reportagens analisadas trazia em si o termo autogestão. Isso implica dizer, no mínimo, que as pessoas tem informações distorcidas, imprecisas e tendenciosas sobre o que significa esse processo.

Compreendemos o Programa Minha Casa, Minha Vida-Entidades como uma possibilidade de se fazer autogestão habitacional, mas ele não é só pra esse tipo de produção. Muitos grupos se valem do programa para empreenderem projetos que poderiam ser construídos pelo mercado, que as

famílias são meras beneficiárias e não protagonistas do processo, que as relações de dominação no trabalho que produz esses projetos não é nem ao menos discutido.

Mas, não é porque o programa não permita exclusivamente produção habitacional autogerida que vamos deixar de reconhecer sua importância, como uma conquista dos movimentos sociais e, principalmente, como um lugar para se experimentar o novo, no que é possível.

É importante destacar, que embora a grande mídia tenha usado o PMCMV-E para formar um consenso sobre o governo petista e ao mesmo tempo formar o consenso de que o próprio programa não é correto e deve ser acabado, precisamos deixar claro que o mesmo PT que é identificado com o programa abandonou a ideia da autogestão habitacional quando restringe quase toda política habitacional ao Minha Casa, Minha Vida e deixa definhando o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, ou quando dos recursos investido em habitação, nem 2% foram destinados ao que poderia ser autogestão habitacional.

Chomsky diz que os indivíduos capazes de fabricar consenso são os que tem recursos e poder para fazê-lo. Reconhecendo nossas limitações, acreditamos que produzir espaços diferenciais por meio da autogestão habitacional seja a melhor forma de quebrar o consenso que tem se formado sobre o tema.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério das Cidades. **Portaria 163**, de 6 de maio de 2016.

BONDUKI, Nabil. **Habitação e Autogestão: Construindo Territórios de Utopia**. Rio de Janeiro: Fase, 1992

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Cartilha “Minha Casa Minha Vida”**. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2009.

CHOMSKY, Noam. **Fabricando el Consenso: El control de los medios masivos de comunicación**. Edição independente: Elche, 2005. Disponível em: <https://yadi.sk/i/cmXOdnY1tRjP8>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

_____; HERMAN, Edward. **Los guardianes de la libertad**. Barcelona: Grijalbo Mondadori, 1995.

HUGUENIN, João Paulo Oliveira. **O Território do Homem Comum: Constituição e apropriação cotidiana do espaço em cooperativas habitacionais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LAGO, Luciana. **Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições**. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2012.

MARTINS. José de Souza. **A Sociabilidade do Homem Simples: Cotidiano e História na Modernidade Anômala**. São Paulo: Contexto, 2008

SACHS, Céline. **São Paulo: Políticas Públicas e Habitação Popular**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999

Periódicos

ALVES, Murilo Rodrigues. **'Minha Casa Estidades' entrega só 8,9% das moradias na 2ª fase.** Estadão, 03 de maio de 2016. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,minha-casa-entidades-entrega-so-8-9-das-moradias-na-2-fase,10000048748>. Acessado em 29 de novembro de 2016.

ARAÚJO, Bruno. **A verdade sobre nossas cidades.** Folha de São Paulo, coluna Opinião, 11 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/09/1812022-a-verdade-sobre-nossas-cidades.shtml#>. Acessado em 28 de novembro de 2016.

CAETANO, Clauber Cleber. **Governo anuncia meta de contratar 600 mil moradia em 2017.** Folha de São Paulo, 11 de agosto de 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/08/1801675-governo-anuncia-meta-de-contratar-600-mil-moradias-em-2017.shtml>. Acessado em 30 de novembro de 2016.

CUCOLO, Eduardo; DIAS, Marina. **Anúncio de Dilma sobre Minha Casa, Minha Vida encolhe.** Folha de São Paulo, 06 de maio de 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/05/1768478anunciodedilmasobreminhacasa-minh-vidaencolhe.shtml>. Acessado em 29 de novembro de 2016.

FAGUNDES, Mateus. **"Medida tomada no último dia de governo é questionável", diz ministro das Cidades sobre MCMV.** Estadão, 19 de maio de 2016. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,medida-tomada-no-ultimo-dia-de-governo-e-questionavel--diz-ministro-das-cidades-sobre-mcmv,10000052229>. Acessado em 29 de novembro de 2016.

FERREIRA, Sergio Guimarães. **Por que reformar o Minha Casa, Minha Vida.** Estadão, 06 de julho de 2016. Disponível em: <http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,por-que-reformar-o-minha-casa-minha-vida,10000061206>. Acessado em 29 de novembro de 2016.

FRIEDLANDER, David. **A partir do jornal, Grupo Folha se diversificou e hoje tem 5 empresas.** Folha de São Paulo, 27/02/2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1744086-a-partir-do-jornal-grupo-folha-se-diversificou-e-hoje-tem-5-empresas.shtml>. Acessado em 30 de novembro de 2016.

GALHARDO, Ricardo. **Em encontro com Dilma, movimentos pedem ministérios e verbas para programas sociais.** Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-encontro-com-dilma--movimentos-pedem-ministerios-e-verbos-para-programas-sociais,10000028140>. Acessado em 30 de novembro de 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Grupo Folha triplica faturamento em dez anos e consolida liderança.** Folha de São Paulo, 19/02/2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fofha90anos/877734-grupo-folha-triplica-faturamento-em-dez-anos-e-consolida-lideranca.shtml>. Acessado em 30 de novembro de 2016.

O ESTADO DE S. PAULO. **A ineficiência do Minha Casa.** Estadão, 07 de maio de 2016. Disponível em: <http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,a-ineficiencia-do-minha-casa,1000004964>. Acessado em 29 de novembro de 2016.

O ESTADO DE S. PAULO. **Desmontar os privilégios**. Estadão, 23 de outubro de 2016. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,desmontar-os-privilegios,10000083749>. Acessado em 29 de novembro de 2016.

PONTES, Romerito. **Governo Temer duplica verbas para os grandes jornais**. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/governo-temer-duplica-verbas-para-os-grandes-jornais/>. Acessado em 20 de novembro de 2016.

URIBE, Gustavo; HAUBERT, Mariana. **Dilma diz que não permitirá que a democracia seja 'manchada'**. Folha de São Paulo, 01 de abril de 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1756421dilmadizquenaopermitiraqueademocraciasejamanchada.shtml>. Acessado em 30 de novembro de 2016.

VENCESLAU, Pedro; COUTINHO, Mateus. **MTST ocupa sede da Presidência em SP em protesto contra Temer**. O Estadão, 02 de junho de 2016. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,mtst-ocupa-sede-da-presidencia-em-sp,10000054791>. Acessado em 30 de novembro de 2016.

Sites

Associação Nacional de Jornais: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>. Acessado em 20 de novembro de 2016.

Meios Brasil: <http://www.meiosnobrasil.com.br/>. Acessado em 30 de novembro de 2016.